

A history of educational inclusion

MARIA ROSEANE GONÇALVES DE MENEZES *
mariaroseanegm@gmail.com
Faculdade Salesiana Dom Bosco / Manaus-Brasil

Resumo

O presente artigo objetiva abordar a temática da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde apresentamos um estudo de caso de um aluno do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Manaus. Constitui-se em um problema para a escola por este apresentar síndrome de autismo. Assim questionamos até que ponto o Atendimento Educacional Especializado (AEE) poderá apoiar o desenvolvimento do aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) na sala de aula comum? Desta forma objetivamos apresentar ao aluno em estudo, um atendimento que considere as suas necessidades elaborando um plano de AEE que permita ao mesmo adquirir habilidades e competências de modo que possa ultrapassar as barreiras impostas pela escola comum e participar de sua turma com autonomia.

Palavras-chave

Atendimento educacional especializado, transtorno global do desenvolvimento, escola comum.

Abstract

This article aims to address the issue of Special Education in the Perspective of Inclusive Education, where we present a case study of a student of 3rd year of elementary school to a public school in the city of Manaus. It constitutes a problem for the school by presenting this syndrome of autism. So we question the extent to which the Customer Education Specialist (ESA) may support the development of student with Pervasive Developmental Disorder (PDD) in the ordinary classroom? Thus we aim to present to the student in the study, consider a service that needs developing a ESA plan that allows the same acquire skills and competencies so that they can overcome the barriers imposed by the common school and attend class with their autonomy.

Keywords

Customer education specialist, pervasive developmental disorder, common school.

Forma sugerida de citar: GONÇALVES, Maria Roseane. 2013. "Pedro Gonçalves: uma história de inclusão escolar". En: *Revista Sophia: Colección de Filosofía de la Educación*. N° 15. Quito: Editorial Universitaria Abya-Yala.

* É graduada em Filosofia/UFAM, Pedagogia/UFAM, Especialista em Psicopedagogia/UFAM, Especialista em Atendimento Educacional Especializado/UFC e Mestrado em Educação. Coordenadora dos Cursos de Licenciaturas da Faculdade Salesiana Dom Bosco/FSDB- Manaus e Assessora Pedagógica da Educação Especial de Manaus.

Introdução

A Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva apresenta-se de forma bem realista ao fortalecer o processo de inclusão escolar de alunos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Há muitos anos as pessoas com deficiência foram esquecidas sendo excluídas da sociedade e principalmente dos espaços escolares.

Por estarmos na Educação Especial desde 1998 sempre acompanhamos as discussões referentes a Educação Especial no âmbito da organização de pais, na organização das associações das pessoas que apresentam deficiências, Ministério da Educação, Instituições de Ensino Superior entre outras, onde fomos cada vez mais compreendendo a história da Educação Especial na busca de melhorias para o seu público alvo, apresentando avanços significativos que culminam com uma política de inclusão escolar.

Sendo assim, o objetivo deste estudo consistiu-se em proporcionar ao aluno em questão um atendimento que considere as suas necessidades elaborando um plano de AEE que permita ao mesmo adquirir habilidades e competências de modo que possa ultrapassar as barreiras impostas pela escola comum e participar de sua turma com autonomia.

Na certeza de que todo ser humano é dotado de potencialidades que podem ser desenvolvidas a partir da interação com o outro lutaremos sempre pela existência de escolas inclusivas e de qualidade para todos.

Proposição de um caso: Pedro Gonçalves, um aluno em busca da inclusão escolar

Pedro Gonçalves tem 11 anos, está matriculado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Terezinha de Jesus na cidade de Manaus, cursando o 3º ano, no turno matutino. Segundo a mãe o menor possui laudo médico com diagnóstico de Síndrome do Autismo.

Dona Paula Gonçalves mãe de Pedro relata que após um ano de idade começou a perceber que seu filho era uma criança diferente, visto que seu comportamento não correspondia ao de outras crianças. Pedro é o seu primeiro filho, mas mesmo sem experiência materna achava que algo acontecia com ele.

No ano de 2002 em consulta com neurologista recebeu o diagnóstico médico que Pedro tinha Síndrome do Autismo. Aos quatro anos de idade Pedro iniciou sua escolarização em uma escola de Educação Especial ficando nessa até 2009, estudou durante 5 anos seguidos, sua turma

era formada apenas por alunos que apresentavam Síndrome do Autismo e Síndrome de Rett. Os alunos apresentavam idades variadas entre 4 a 10 anos. Apresentou sempre uma boa adaptação, sua mãe sempre participativa das atividades na escola. A professora de Pedro sempre foi a mesma durante os cinco anos. Diplomada em Pedagogia com vários cursos de extensão e formação continuada em Educação Especial.

Nessa escola especial Pedro em nenhum momento apresentou problemas de comportamento que necessitasse de qualquer intervenção específica além das atividades pedagógicas que realizava. Pedro fazia caminhada, participava de passeios em locais como: Bosques, supermercados, restaurantes, aeroporto e outros. A escola seguia uma orientação pedagógica pautada no currículo funcional.

Na escola comum, relata a mãe e afirma a professora Jaqueline Silva que Pedro lê de forma convencional, mas tem dificuldades na interpretação dos fatos; ou seja, Pedro lê porém, não consegue expressar o que entendeu sobre a leitura, mesmo que a professora solicite que ele faça em forma de desenho ou responda as questões de forma oral ou escrita.

Pedro escreve, identifica o seu nome, pega corretamente no lápis, faz auto ditado, gosta de matemática e consegue resolver as quatro operações tendo dificuldades somente na divisão. Consegue copiar do quadro para o caderno. Apresenta dificuldades de comunicação não demonstrando a oralidade com frequência, apenas verbaliza quando sente necessidade de solicitar algo como, por exemplo, ir ao banheiro.

Outra forma de Pedro se comunicar é pegando na mão da professora e conduzindo-a até o objeto desejado. Pedro é bem aceito pelos colegas da turma, porém há duas coleguinhas Bia e Tâniaa qual são suas preferidas tendo uma melhor interação com as mesmas.

A turma sabe que Pedro apresenta a Síndrome do Autismo, a professora observa que todos respeitam o aluno e estão sempre dispostos a ajudá-lo. Por exemplo, no início Pedro não gostava das aulas de educação física, mas foi com a ajuda da turma que conseguiram fazer com que ele se envolvesse nas atividades. Pegavam nas mãos dele e o conduziam para a quadra.

Pedro também já é conhecido pelos demais alunos da escola, pelos professores e funcionários. Ele participa das atividades de educação física, hora cívica e atividades extraescolares, como por exemplo, visita ao Teatro Amazonas.

Com relação às atividades diretamente da sala de aula segundo a professora Jaqueline Silva, Pedro gosta de realizar as atividades do livro didático e quando termina a tarefa, às vezes ficava andando na sala por entre os alunos. Sua atenção maior está voltada para as atividades no laboratório de informática, sabe ligar e desligar o computador consegue

usar corretamente os programas e ainda ajuda os colegas e a própria professora. Quando está no laboratório de informática resiste a voltar para a sala de aula.

Pedro tinha um bom relacionamento com a professora Jaqueline, os vínculos de afetividade facilitavam o entendimento do aluno, Pedro solicitava sua ajuda por meio de gestos, por exemplo, abrir o armário, apontava para o caderno quando acabava de responder a tarefa.

No início de 2010 tirava a roupa, e quando queria alguma coisa gritava muito. Em 2010 a professora recebeu a visita da assessora pedagógica do Complexo Municipal de Educação Especial (CMEE) e foi orientada pedagogicamente a atender melhor o aluno Pedro. A professora recebeu livros sobre a síndrome de autismo, realizou as leituras e procurou tirar suas dúvidas com as assessoras.

Nessa escola em 2010 foi realizado o curso “Sensibilizar para Incluir”, onde todos os funcionários da escola desde a gestora até o porteiro participaram. O curso foi realizado com o objetivo de proporcionar conhecimentos sobre a Educação Especial e a Educação Inclusiva seus pressupostos filosóficos e legais. A assessora pedagógica do CMEE realizou várias visitas técnicas para orientação do trabalho desenvolvido com Pedro. A professora comentou que seguiu as orientações tendo sucesso com o desenvolvimento escolar do aluno.

A professora afirma que realizou o trabalho de sensibilização com a turma para a aceitação de Pedro e contou principalmente com o apoio da família, visto que sua mãe sempre está presente na escola, é esclarecida sobre os direitos da inclusão, como também informa sobre o que Pedro gosta de fazer, como se comunica e quais suas dificuldades.

No início o maior problema de Pedro era ir ao banheiro e fazer suas necessidades, pois o mesmo tirava a roupa na sala de aula e somente saía do banheiro quando tomava banho. Nesse caso a professora contava com o apoio das auxiliares de serviço gerais da escola que cuidavam desse procedimento até chegaram ao ponto de Pedro pedir para ir ao banheiro e somente tirar a roupa quando lá estivesse, o que demonstrou um grande avanço.

Logo no início, em 2010, a professora conta que ficou assustada com a presença de Pedro, mas após orientações passou a acreditar que Pedro era capaz de estudar na escola de Ensino Comum. Com a ajuda da mãe e o apoio da turma toda, observou que Pedro progredia em seu desenvolvimento, estava mais concentrado durante as atividades.

No ano de 2010, Pedro participou da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) em outra escola e no ano de 2011, no mês de julho, retornou a Sala de Recursos Multifuncional, pois a escola se encontrava em reforma.

Está participando do atendimento apenas duas vezes na semana, visto que não há como a mãe levá-lo todos os dias.

No ano de 2011 a professora Jaqueline não pode mais ficar na escola e no mês de maio teve que ser removida para outra escola e Pedro ficou na responsabilidade da professora Luiza Pereira que ao ser entrevistada afirmou que não participou de encontros sobre Educação Especial, a mesma afirma não ter preparação para trabalhar com alunos que apresentam Síndrome do Autismo e necessita muito de orientações para saber como proceder com o Pedro.

Luiza observou que Pedro não consegue desenvolver nenhuma atividade, não é agressivo, não incomoda os alunos, quase não fala e fica folheando o livro; mas acha que deveria ter uma auxiliar na sala para ajudá-la nesse caso.

A professora comentou que está conhecendo o aluno melhor e espera que consiga trabalhar com ele. Não sabe como vai proceder para realizar as avaliações da aprendizagem com Pedro e solicitou ajuda ao CMEE. Acredita que Pedro possa aprender junto com os colegas, para ela, o aspecto calmo de Pedro vai ajudá-lo no processo de aprendizagem. Preocupa-se com a sua comunicação, pois já percebeu que Pedro não fala como as outras crianças e acredita que terá dificuldades para entender os seus desejos e principalmente como será sua participação no que se refere a questões que envolva respostas orais ou correções de tarefas onde solicita que os alunos respondam oralmente. Espera ter o apoio necessário de todos da escola e família para desenvolver um bom trabalho. Acredita que sozinha pode não dar conta da turma como um todo.

A atual gestora da escola que assumiu em 2011, tomou conhecimento do aluno Pedro, no mês de abril. A mesma acredita que ele pode se desenvolver de forma satisfatória, porém sua maior preocupação é que a professora possa não aceitar o desafio de educar um aluno que apresenta Síndrome do Autismo e venha a desistir da turma antes do final do ano letivo.

Segundo a mãe de Pedro a saída da professora Jaqueline trouxe prejuízos à seu filho, pois já havia um vínculo de afetividade que transmitia segurança a Pedro. Para ela, a nova professora demonstra boa vontade para atender bem o seu filho, mas ainda não possui conhecimentos específicos para trabalhar com ele.

Análise e clarificação do problema: contextualizando o caso do aluno Pedro Gonçalves

É preciso analisar bem o problema para que os fatos que compõe o caso em estudo possam ser entendidos em seus múltiplos aspectos, visto que o sujeito em questão encontra-se em processo de desenvolvimento geral e sofre mudanças constantes que devem ser consideradas na elaboração do plano de AEE.

É preciso conhecer a história escolar de Pedro Gonçalves para então identificarmos os itens que indicam problemas que merecem maior atenção. Assim ao analisarmos o caso de Pedro encontramos relevantes situações, cognitivas, sociais, afetivas, que devem ser clarificadas para a melhor compreensão do estudo.

Quanto os aspectos cognitivos reconhecemos que Pedro lê de forma convencional, mas tem dificuldades na interpretação dos fatos; ou seja, não consegue expressar o que entendeu sobre a leitura, mesmo que seja em forma de desenho ou responda as questões de forma oral ou escrita. Pedro escreve, identifica o seu nome, faz auto ditado, gosta de matemática e consegue resolver as quatro operações tendo dificuldades somente na divisão. Já consegue copiar do quadro para o caderno.

Quanto aos aspectos da comunicação, Pedro apresenta dificuldades de comunicação não demonstrando a oralidade com frequência, apenas verbaliza quando sente necessidade de solicitar algo como, por exemplo, ir ao banheiro.

Nas questões de afetivas, percebemos que Pedro tinha um bom relacionamento com a professora Jaqueline, os laços de afetividade facilitavam o entendimento do aluno. Segundo a mãe de Pedro a saída da professora Jaqueline trouxe prejuízos à seu filho, pois já havia um vínculo de afetividade que transmitia segurança a Pedro.

Quanto os aspectos sociais, na Escola do Ensino Comum, Pedro é bem aceito pelos colegas da turma, porém há duas coleguinhas Bia e Tânia na qual são suas preferidas tendo uma melhor interação com as mesmas. A turma respeita o aluno e estão sempre dispostos a ajudá-lo.

Nos aspectos da aprendizagem (habilidades e potencialidades) Pedro gosta de realizar as atividades do livro didático. Sua atenção maior está voltada para as atividades no laboratório de informática, sabe ligar e desligar o computador consegue usar corretamente os programas e ainda ajuda os colegas e a própria professora quando eles não sabem como manejar o computador. Gosta de matemática e consegue resolver as quatro operações tendo dificuldades somente na divisão.

O que precisa ser resolvido do ponto de vista do AEE? Reconhecendo que Pedro apresenta dificuldades de comunicação onde não demons-

tra a oralidade com frequência, apenas verbaliza quando sente necessidade de solicitar algo. Acreditamos que é preciso estabelecer estratégias na escola para que o aluno possa desenvolver a sua linguagem e melhorar sua comunicação. No entanto para isso o professor principalmente deve ter conhecimentos referente a comunicação de alunos que apresentam síndrome do autismo.

Uma atividade que permite melhorar as condições de comunicação de alunos que apresentam Síndrome do Autismo é a antecipação da rotina escolar, visto que permite que o aluno amplie a possibilidade de acesso a linguagem receptiva expressiva. A antecipação da rotina deve conter recursos áudio visuais para que o aluno compreenda melhor a sequencia das atividades.

Pedro ainda fica distante da professora, ou seja, há uma hipótese de que Pedro não tem total confiança na professora. É possível que Pedro possa mudar o seu comportamento à medida que vai convivendo e conhecendo a atual professora no próprio ambiente escolar, é preciso que tenha uma frequência diária para que possa ter a oportunidade de conhecer melhor a nova professora.

No aspecto social deve-se aproveitar a boa amizade que ele tem com as duas coleguinhas e a boa aceitação da turma e conduzi-lo a realização de todas as atividades. Com a ajuda da turma Pedro é capaz de perceber que atividades sociais e pedagógicas que ocorrem dentro da escola acontecem para todos os alunos e não só para ele. Percebendo que todos seguem as regras da escola como normas sociais, assim será capaz de segui-las porque entenderá que são reais.

Nos aspectos pedagógicos e com relação a formação da professora Luiza Pereira, a mesma está apreensiva por não conhecer sobre a Síndrome do Autismo e acredita que não está preparada para trabalhar com o aluno Pedro. Nesse sentido pensamos que o professor de Atendimento Educacional Especializado/AEE tem papel importante em subsidiar o professor da sala comum com informações necessárias ao bom atendimento do aluno que apresenta TGD. A professora deverá receber suporte teórico para adquirir conhecimentos sobre TGD que poderá ser fornecido pela professora de AEE. Deve ser orientada sobre a tentativa de conquista do aluno para que não venha a cometer atitudes que em vez de melhorar a situação do aluno possa reforçar uma reação negativa. Assim deve ser orientada a não proporcionar vivências que não farão parte da sua rotina escolar. Como por exemplo: oferecer brinquedo para o aluno parar de chorar se não está na hora da recreação.

É preciso que Pedro desenvolva outras habilidades, como podemos citar a interpretação de textos que o mesmo tem dificuldades. O professor da sala comum não deve valorizar somente o que Pedro já sabe

fazer e intensificar esse aprendizado esquecendo que ele tem potencial para aprender outros conceitos e comportamentos. É de suma importância que o aluno possa adquirir outras habilidades e competências. Pedro pode melhorar seu desempenho escolar sendo estimulado a novas descobertas, com práticas pedagógicas e experiências que desenvolvam suas funções superiores.

Inclusão escolar e atendimento educacional especializado para alunos com TGD

No que se refere a inclusão escolar há dois pensamentos que podemos estabelecer; no primeiro pensar na Inclusão total de todo e qualquer aluno no ensino comum, no segundo avaliar como se devem considerar os alunos do público alvo da Educação Especial, ou seja, como incluí-los no ensino regular. Pensando desta forma refletiremos a seguir sobre o contexto da educação inclusiva, apresentando os conceitos de Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e conhecendo as características da pessoa que apresenta TGD/síndrome do autismo.

310



Educação especial e educação inclusiva

Atualmente não há como discutir sobre educação especial, sem falar de “inclusão”. O discurso político que no momento perpassa pelo mundo todo se refere à inclusão. Na busca de se acabar com todas as formas de exclusão existentes na sociedade, onde os excluídos são todas as minorias das quais podemos citar: os idosos, os negros, os índios, os desempregados, os sem-terra, as pessoas deficientes e muitos outros grupos, surgem então se contrapondo à exclusão que se refere a todas as pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade. A inclusão que entra em cena como tentativa de fazer prevalecer os direitos de igualdade e respeito à diversidade, propagando a ideia de que todas as diferenças devem ser aceitas na sociedade. Almeida nos adverte que:

A existência dos excluídos acompanha a história da humanidade, já que sempre existirão pessoas vitimadas por processos de dominação e segregação, motivados por problemas relacionados com religião, política, saúde, etnia, economia, etc., que tiveram predominância exclusiva ou combinada em cada momento histórico (Almeida, 2002: 62- 63).

A existência de diversas formas de exclusão constitui-se nas faltas de condições sociais dignas para que determinados grupos possam usufruir e participar das ações políticas de sua sociedade.

A educação inclusiva tem como base a fundamentação filosófica de uma escola para todos, onde se reconhece a importância da formação humana para a construção de uma sociedade mais justa. Assim, no campo educacional, observamos que hoje os sistemas de ensino ainda não atendem a todas as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência sensorial, intelectual ou com altas habilidades. Muitos ainda estão à margem de uma educação sistematizada.

Ao longo da história da humanidade as pessoas deficientes por muito tempo ficaram à margem da sociedade, visto que cultua-se o corpo humano que se apresenta perfeito e produtivo, de acordo com os padrões convencionais de estética e eficiência. Sendo assim, os deficientes passam por um processo de rejeição por conta de sua deficiência, pois não são reconhecidos como “diferentes”, e sim muitas vezes como incapazes.

Reportamos-nos à Oliveira para esclarecer que as diversas discriminações das pessoas com deficiência estão relacionadas à diferença de capacidade:

A questão não é saber se a discriminação das pessoas com necessidades especiais foi feita por ser mulher ou pessoa com “limitações”, por exemplo, nem verificar o nível ou grau de interferência destes fatores no processo discriminatório e, sim que ambos são fatores de discriminação e que a “diferença de capacidades” dessas pessoas é uma problemática cultural que precisa ser pensada em conjunto com as demais diferenças étnicas de classe e de gênero, no contexto social e educacional (Oliveira, 2004: 57).

Com relação ao processo educacional dos deficientes, seu início aconteceu de forma segregada e excludente, de forma assistencialista e terapêutica pela iniciativa de religiosos e filantropos na Europa, onde foram organizados os primeiros atendimentos voltados principalmente para os cuidados básicos da saúde e alimentação, visto que o deficiente anteriormente não participava de qualquer instituição escolar. Neste caso concordamos com Figueiredo:

Se a escola permite o desenvolvimento de atitudes e acesso ao conhecimento que torna as pessoas mais aptas a interagir no espaço da sociedade, ela se faz, então, ferramenta indispensável para todas as crianças e não somente para aquelas tidas como normal (Figueirdo, 2002: 70).

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos (1948), o seu Artigo 26º proclama que “Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve



ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado”.

Estamos em pleno o século XXI e as escolas ainda não se encontram preparadas para incluir todos os alunos. Não é aceitável mais a ideia de manter o deficiente a margem do processo escolar.

As políticas públicas nessa perspectiva são notáveis que teoricamente a inclusão tem sido muito bem fundamentada, é preciso entender que a inclusão é necessária e que é uma forma de respeitar o outro em suas diferenças e aceitá-lo em todos os espaços social e escolar. No entanto a dificuldade maior reside no fato de como a inclusão escolar pode se concretizar. Desta forma é preciso primeiramente definir o que é educação especial e o que é educação inclusiva, visto que educação inclusiva não é sinônimo de educação especial.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu Capítulo V sobre a Educação Especial no Artigo 58 temos a seguinte definição: “Educação Especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996).

Reconhecemos que ao longo de muitos anos a Educação Especial tem assumido um papel assistencialista pelo fato de estar direcionada a alunos considerados anteriormente como “especiais” que necessitavam de atenção diferenciada que englobaria desde serem matriculados em escolas especiais até currículos diferenciados. Tradicionalmente a Educação Especial por conta de sua especificação se isolou tendo que dar conta do atendimento específico para a sua clientela, esquecendo-se que o aluno que apresenta necessidades especiais não é um aluno exclusivamente da Educação Especial, é antes de tudo um aluno da Rede Educacional.

Desta forma, a Educação Especial era vista como diferente da Educação, como se existisse, de um lado, a Educação e do outro, a Educação Especial. No documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 temos a definição de Educação Especial como:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, MEC/SEESP, 2008).

Deve-se partir do princípio de que a Educação Especial faz parte da educação, e que por questões estruturais constituiu-se em uma modalidade de ensino que permeia por todos os níveis educacionais. No con-

texto atual a educação especial passa a se configurar de uma nova forma atendendo ao princípio da Educação Inclusiva.

Por educação inclusiva entendemos uma proposta de educação que fundamenta-se na concepção de direitos humanos, para além da igualdade de oportunidades. Pauta-se na garantia do direito de todos à educação e pela valorização das diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais, sexuais, físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras, buscando o ensino com turmas heterogêneas.

Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD): Síndrome do Autismo

A educação especial hoje possui um público alvo que envolve os alunos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação. No momento nos reportaremos somente ao transtorno global do desenvolvimento e especificamente a síndrome do autismo.

No documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, considera-se aluno com TGD “aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil” (Brasil, MEC/SEESP, 2008).

Essa clarificação nos permite a compreensão desse grupo específico, porém não devemos nos esquecer que as pessoas estão em constantes modificações e transformações na qual a escola a partir de uma atuação pedagógica contribui significativamente para que alunos com TGD possam participar de ambientes heterogêneos e adquirir aprendizagem com os seus pares.

Sobre a síndrome do autismo Belissário Filho cita que:

O autismo é explicado e descrito como um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano. Esse modelo explicativo permitiu que o autismo não fosse mais classificado como psicose infantil, termo que acarretava um estigma para as famílias e para as próprias crianças com autismo. Além disso, o modelo permite uma compreensão adequada de outras manifestações de transtornos dessas funções do desenvolvimento que, embora apresentem semelhanças, constituem quadros diagnósticos diferentes (Belissário Filho, 2010: 12).



Percebemos que houve uma evolução das pesquisas científicas sobre a síndrome do autismo, sendo considerada como um transtorno que afeta as funções do desenvolvimento. Sendo assim para a perspectiva educacional o comportamento do aluno que apresenta síndrome do autismo possibilita a interpretação do professor como uma manifestação temporária e não permanente, visto que são reações aos novos ambientes em que se encontram.

Sobre as características do autismo, Belissário expõe que de acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM IV), as características principais são:

Prejuízo no desenvolvimento da interação social e da comunicação. Pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem. Naqueles que a possuem, pode haver uso estereotipado e repetitivo ou uma linguagem idiossincrática. Repertório restrito de interesses e atividades. Interesse por rotinas e rituais não funcionais (Belissário, 2010: 13).

Quanto mais cedo se identificar o autismo, mais eficaz será o seu acompanhamento, quer seja no âmbito clínico ou escolar. Sabemos que não existe uma cura, mas a partir de uma atenção voltada para melhorar suas condições de comunicação, interação e imaginação, a pessoa se desenvolverá de forma mais qualitativa nesses aspectos comprometidos pela síndrome. É importante que o professor tenha conhecimentos dos sintomas e características desse transtorno, para ajudar na realização de atividades que permita ao aluno principalmente um melhor convívio social.

Observando vários alunos que apresentam TGD, notamos que apresentam prejuízos na comunicação, uns oralizam, outros não, uns apresentam ecolalia e ritmos diferenciados de tom de voz. Sobre a comunicação Belissário Junior comenta que:

Os prejuízos na comunicação e na linguagem podem ser manifestados como mutismo, atraso na aquisição, ecolalia, inversão pronominal, simplificação sintática, rigidez semântica, peculiaridades prosódicas, preferência por funções imperativas, literalidade na interpretação, entre outras. Assim sendo, entre os alunos com TGD que recebemos em nossas escolas, podemos encontrar crianças com nenhuma comunicação verbal e não verbal, com verbalização de palavras isoladas, com linguagem estereotipada, fazendo uso da repetição de frases e da entonação ouvida de outras pessoas ou de personagens, com linguagem correta do ponto de vista sintático, mas com pautas estereotipadas e pouco contextualizadas, dificuldades de interpretação semântica, entre outras (Belissário Junior, 2010: 32).

É notório a dificuldade que os professores encontram com os alunos que apresentam a síndrome do autismo com relação a comunicação.

Muitos comentam que não conseguem entender o que o seu aluno deseja, por que ele não fala e não sinaliza de alguma forma se estão entendendo as explicações, ficam sem saber se estar havendo algum tipo de comunicação.

Para que a comunicação aconteça de forma satisfatória é preciso contar com a ajuda do AEE no que se refere ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que façam uso de recursos visuais podendo ser gravuras ou objetos reais. Outra forma de comunicar é apresentar a rotina escolar para que o aluno entenda e conheça como se desenvolverão as atividades do dia. Antecipando o roteiro das atividades evita-se que o aluno tenha surpresas.

Com relação a interação social, sabemos que a síndrome do autismo por ser um transtorno no desenvolvimento e não um distúrbio do contato afetivo como muitos anteriormente acreditavam. Os prejuízos na interação social são diversos, essas pessoas podem ignorar seus pares, preferindo estar só, não forma relações pessoais íntimas, muitas vezes rejeita abraços, evita contato de olho e resiste às mudanças.

Quando se fala com a criança que apresenta a síndrome do autismo, ela frequentemente apresenta dificuldades em entender o que foi dito, as vezes fica repetindo o que ela ouviu., Muitas vezes o sujeito inverte o uso normal de pronomes, e usa o tu em vez de eu ou mim ao si referir a si própria. Os colegas de turma podem ajudar o aluno a mudar esse quadro.

Nas palavras de Belissário Junior é possível entender o quanto os colegas de turma são importantes para o desenvolvimento escolar de Pedro.

As intervenções dos colegas consistem em importante estratégia transformadora de padrões de comportamento da criança com TGD. O envolvimento da criança com TGD pelos colegas proporciona, não raras vezes, intervenções que partem deles espontaneamente, na tentativa de que aquela criança participe como eles da rotina. A intervenção dos colegas acontece quando eles reconhecem a expectativa da escola de que a criança com TGD conseguirá comportar-se melhor. O efeito dessa intervenção dos pares na adesão da criança com TGD a esses rituais é mais frequentemente eficaz do que aquela que provém dos adultos (Belissário Junior, 2010: 24).

A professora do ensino regular comentou que Pedro realmente tem um bom relacionamento com a turma e acredita que isso faz com que Pedro participe das atividades porque se ver envolvido pelo apoio dos colegas. Comenta que não é fácil trabalhar com um aluno que apresenta TGD. Para Belssário Junior: “a oportunidade de trabalhar com alu-



nos com TGD na turma tem sido nova para a grande maioria das escolas. De acordo com a nossa observação, é grande o impacto nos profissionais da educação” (Belissário Junior, 2010: 22).

Conhecendo o Atendimento Educacional Especializado e a Sala de Recurso Multifuncional

A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) trouxe como novidade o AEE:

Um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola comum e fora dela (Brasil, MEC/SEESP, 2008).

Reconhecemos que o AEE vem sobremaneira contribuindo para que os sistemas de ensino possam atender melhor os alunos do público alvo da Educação Especial visto que o AEE é organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação desses alunos nas turmas das escolas comuns.

Os sistemas de ensino obrigatoriamente devem ofertar o AEE ao público alvo da Educação Especial, no entanto a decisão em participar ou não desse atendimento cabe ao aluno e/ou família, ou seja, seus responsáveis legais. A matrícula no AEE não consiste em condição obrigatória para a matrícula do aluno no ensino regular. O AEE é oferecido no período inverso ao da classe comum que o aluno está matriculado e preferencialmente deve ser oferecido na mesma escola que o aluno já se encontra no ensino comum, não havendo o aluno poderá efetuar matrícula no AEE na escola ou centro especializado mais próximo de sua residência.

O professor do AEE ao elaborar o plano deve considerar primeiramente o aluno enquanto sujeito em processo de aprendizagem. Considerando a organização do AEE entendemos que:

A organização do Atendimento Educacional Especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Por isso, o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças (Ropoli, 2010: 22).

O AEE será desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional e atualmente o Ministério da Educação (MEC) por meio do Programa de

Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais vem contribuindo com o fortalecimento da inclusão escolar ofertando o AEE nas escolas públicas para que o público alvo da Educação Especial participe ativamente do contexto da sala de aula comum. Segundo Ropoli:

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços localizados nas escolas de educação básica, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado-AEE. Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização (Ropoli, 2010: 31).

O professor do AEE tem muitas atividades a cumprir em prol das condições de aprendizagens dos alunos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação. No caso do aluno em estudo é recomendado que tanto o professor da sala comum quanto o professor da SRM busquem conhecimentos específicos sobre a síndrome de autismo reconhecendo que o aluno com TGD necessita da atenção de ambos para desenvolver as habilidades sociais, cognitivas, afetivas e para isso o ambiente escolar com os seus pares torna-se excelente para a aplicação de estratégias que envolvam a experiência diária promovendo reações de aprendizagem significativas em que o aluno possa aplicar o que aprendeu em outros ambientes por ele vivenciados.



Sobre os caminhos trilhados

O ser humano se apropria de conhecimentos por meio da relação que estabelece com o meio. A busca de conhecimentos pode ocorrer por meio da pesquisa onde o sujeito é capaz de conhecer e reconstruir o objeto em estudo. Dessa forma o homem atribui significado às diversas realidades, toma posse dos acontecimentos e os reconstrói a partir da sua relação com o objeto. A busca de conhecimento dar-se também por meio do estudo de caso.

Reconhecendo a importância da pesquisa em educação para a busca de soluções a determinados problemas que ocorrem principalmente no espaço escolar, buscamos nesse estudo de caso conhecer os entraves que dificultam o desenvolvimento escolar de um aluno que apresenta transtorno global do desenvolvimento para a qual apresentaremos os caminhos que percorremos para a compreensão, análise e proposição de soluções desse estudo.

Quanto aos objetivos, primeiramente é possível afirmar que se trata de um estudo de caso envolvendo uma pesquisa descritiva pelo fato de



descrever a situação escolar de um aluno que apresenta transtorno global do desenvolvimento. Descrevemos de forma sucinta sua vida escolar e para o delineamento dessa descrição seguimos a metodologia apresentada pelo curso de AEE denominada de Aprendizagem Colaborativa em Rede (ACR) onde se desenvolveu a partir das seguintes etapas: Proposição do caso; análise e clarificação do problema; discussão do problema, solução e socialização do problema, elaboração dos planos de AEE e socialização dos planos de AEE. Cada etapa se consolidou ao longo do estudo com o enriquecimento da pesquisa bibliográfica onde as fontes literárias básicas foram os fascículos do AEE.

A escola onde o aluno estuda serviu de palco para nossos encontros e coleta de informações, isto é, foi o local onde os sujeitos foram entrevistados. Para obtermos as informações desse estudo, adotamos a técnica de observação para acompanhar de perto o aluno em suas atividades escolares e os professores em suas práticas pedagógicas. Observações quanto as condições do ambiente e as relações do aluno com os discente. Os registros foram feitos em um caderno de anotações e as entrevistas seguiram um roteiro de oito questões abertas para cada entrevistado.

Sobre os sujeitos deste estudo, contamos com a participação do aluno elemento principal do estudo, a professora da sala de aula comum, a professora da SRM, e a mãe do aluno. A escolha do aluno ocorreu por este já ter sido de uma escola especial, por apresentar TGD e por participar da SRM. Para que fosse preservada a identidade dos sujeitos estes são apresentados por um nome fictício.

As análises aconteceram a partir da interpretação das observações e das falas dos sujeitos entrevistados. Os enunciados demonstrando as opiniões e os significados que nossos entrevistados nos oportunizaram a compreensão do aluno em estudo permitindo a elaboração do Plano de AEE no sentido de atender as necessidades específicas do aluno para o qual contamos com um referencial teórico que nos auxiliou a entender sobre as características de pessoas com TGD e sobre a atuação do professor do AEE frente aos alunos que apresentam TGD.

Plano de atendimento educacional especializado

Para que o aluno Pedro Gonçalves possa fortalecer sua autonomia e participar efetivamente do processo de ensino e aprendizagem, elaboramos o Plano de AEE no sentido de oportunizar atividades pedagógicas que serão desenvolvidas na Sala de Aula da Escola Regular e na Sala de Recursos Multifuncional objetivando o desenvolvimento de novas habilidades a partir do seu potencial e adquirindo a aprendizagem dos conteúdos

trabalhados, participando efetivamente das atividades desenvolvidas no processo ensino aprendizagem.

Objetivos do plano

Os objetivos do plano de AEE são: Proporcionar a aplicação de ações pedagógicas e a construção de recursos pedagógicos que permitam melhorar a qualidade da comunicação, interação social e criatividade do aluno Pedro Gonçalves estimulando-o a participar de forma mais autônoma das atividades desenvolvidas a fim de adquirir novas habilidades e se apropriar dos conhecimentos desenvolvidos no campo escolar; envolver o aluno em todas as atividades escolares para que possa ter participação efetiva e coletiva no ambiente da escolar; oportunizar ao aluno atividades desafiadoras que envolvam o uso da linguagem oral e escrita, a socialização em grupo, o uso da imaginação; confeccionar recursos pedagógicos que auxiliem o aluno no processo de ensino e aprendizagem visando sua maior participação no contexto das atividades escolares.

319



Organização do atendimento

O período de atendimento será para dois meses, sendo que o professor do AEE deverá comparecer na sala de aula do ensino comum três vezes na semana no horário de aula do aluno a fim de orientar sistematicamente a professora, alunos da turma de Pedro e equipe pedagógica, com relação ao seu desenvolvimento social, cognitivo e motor. O tempo de atendimento será de 02 horas e o aluno terá atendimento coletivo e individual.

Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao aluno

É preciso que haja observação por parte do professor do AEE ao ambiente escolar, verificando a rotina escolar para a organização de orientações a ser em dadas a professora da sala comum, bem como a equipe pedagógica e demais colegas da sala. O professor do AEE deve propor ao professor da sala comum o desenvolvimento de estratégias como por exemplos de brincadeiras coletivas, uso de materiais reais, expor claramente a rotina do dia, que poderão ser utilizadas em sala de aula para estimular a participação do aluno Pedro Gonçalves de forma a desenvolver suas habilidades proporcionando sua aprendizagem.

Deve-se subsidiar o professor da sala comum de materiais bibliográficos sobre os transtornos globais do desenvolvimento para que possa conhecer de forma teórica a síndrome do autismo e sentir-se apoiada pelo AEE a buscar alternativas de atividades para o aluno Pedro.

Expor com clareza e objetividade a rotina da sala de aula com o auxílio de um cartaz onde possam constar as ações tais como: entrada na escola, oração do dia, atividade em grupo, atividade individual, lanche, banheiro, educação física, ir para a casa. Apresentar recursos visuais, táteis que poderão auxiliar no desenvolvimento dos conteúdos programáticos. Exemplos: objetos reais, cartazes ou fichas com gravuras que representem ações do cotidiano escolar, cartazes que possam ilustrar os conteúdos que estão sendo trabalhados.

Aplicar atividades para o desenvolvimento da habilidade de interpretação de textual, trabalhando em grupo estimulando também a interação social, o uso da imaginação por meio de leituras de histórias diversas, seguindo com a exploração a partir de desenhos, de pinturas a dedos, cola colorida, dramatização, confecção de cartazes.

Propor conversas dirigidas sobre determinado conteúdo como, por exemplo: “o meu bairro” permite estimular a aprendizagem dos conteúdos curriculares, além de estimular a comunicação e interação com a professora e demais amigos da sala de aula. Participar das atividades de educação física a fim de fortalecer os aspectos motores: realizar atividades diversas atividades corporais em grupo e individual. Utilizar o laboratório de informática para explicar também conteúdos programáticos aproveitando o interesse do aluno pelo computador permitindo sua maior atenção e aprendizagem do conteúdo em desenvolvimento.

Seleção de materiais a serem produzidos para o aluno

Será preciso confeccionar cartazes com gravuras que apresentam as ações do cotidiano; confeccionar fichas com palavras ou gravuras sobre o conteúdo programático para visualização e melhor compreensão do assunto trabalhado.

Seleção de materiais e equipamentos que necessitam ser adquiridos

Será preciso recursos diversos para a confecção de fichas e cartazes: papel madeira, papel cartão, cola coloridas, tintas variadas, revistas para gravuras. Livros de histórias infantis; objetos reais de acordo com o con-

teúdo que está sendo ministrado, tais como plantas, alimentos, vestuário para o frio e calor.

Tipos de parcerias necessárias para aprimoramento do atendimento e da produção de materiais

Deve-se contar com a família para que tanto o professor da sala de aula como o professor do AEE possam obter as informações necessárias sobre o aluno, como por exemplo: o que ele gosta mais de fazer, objetos, acontecimentos e atitudes que mais chamam a atenção e/ou deixam irritado.

Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE sobre serviços e recursos oferecidos ao aluno

321



Deverão receber orientação: o professor de sala de aula, o professor da Educação Física, os colegas de turma e toda a equipe administrativa e pedagógica da escola.

Avaliação dos Resultados

As atividades propostas para o aluno Pedro Gonçalves serão registradas logo após o seu atendimento. As atividades realizadas na sala de aula do ensino comum devem ser anotadas com ênfase no que ele conseguiu realizar e o que ele apresentou dificuldades. Os registros devem contar com a participação da professora do AEE e professora da sala de aula comum, observando-se os aspectos da comunicação, interação social, afetividade e cognição. A avaliação será processual onde serão observados a participação do aluno durante toda a execução do plano. Verificar-se-á o comportamento do aluno durante a realização das atividades, seu posicionamento frente aos desafios, seus interesses e aprendizagem. O registro será por meio da descrição escrita sobre o ocorrido antes, durante e depois das atividades fins, apontando os entraves e avanços do aluno com relação a aprendizagem como também do professor com relação ao que foi desenvolvido. Devem participar da avaliação o professor do AEE, o professor da sala de aula comum, a família e se possível o pedagogo da escola para que cada um se posicione sobre o que foi positivo ou negativo, as alterações do aluno e como reorganizar o plano para posterior etapa.

Considerações finais

Ao longo deste estudo muitos aprendizados aconteceram, no papel decursista nossa intenção maior foi a de contribuir através deste trabalho com conceitos e reflexões que possibilitasse um melhor entendimento sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, possibilitando uma ressignificação das práticas pedagógicas frente ao aluno que apresenta síndrome do autismo.

Entender a atuação do professor da SRM e propor um plano de AEE para o aluno Pedro nos fez valorizar a concepção pedagógico-educativa no campo da Educação Especial buscando enxergar o aluno com potencialidades a serem desenvolvidas, compreendendo a sua história e dando ênfase a sua individualidade e acreditando que sua aprendizagem pode ser mediada pelos alunos e professores fazendo-o a apresentar mudanças de comportamento positivas que possibilitaram um maior envolvimento e aprendizagem na sala de aula comum.

Entendemos também que a família pode contribuir para que Pedro sintase capaz de aprender, sabemos que a verdadeira inclusão escolar envolve a família, toda a equipe da escola, o AEE e SRM, porém não devemos esquecer que a filosofia da escola deve pautar-se nos princípios da inclusão, a igualdade de oportunidades citada na Declaração dos Direitos Humanos, as valorizações das diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais, sexuais, físicas, intelectuais, emocionais e linguísticas devem fazer parte da escola, pois se a é escola para todos deve excluir o ensino homogêneo e critérios de seleção e classificação, e buscar nas diferenças formas de ver o outro como ser em processo de desenvolvimento contínuo, respeitar a diversidade é permite que se aprenda com o outro.

Esperamos que o Plano de AEE aplicado a Pedro possibilite realmente um melhor desenvolvimento escolar onde ele possa adquirir os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e que a escola possa continuar oportunizando a Pedro por meio do AEE o apoio necessário permitindo a acessibilidade e a eliminação de barreiras que negam a inclusão. Que a escola que Pedro se encontra abra as portas para que outros alunos do público alvo da Educação Especial sejam aceitos e exerçam sua cidadania.

Referências

- ALMEIDA, Fernando José de
2002 Política Pública de Inclusão de Minorias e Maiorias. In: Ana Cláudia B. Lodi, Kathryn M. P. Harrison, Sandra R. L. De Campos, Ottmar Teske (Orgs). *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação.

BELISÁRIO JÚNIOR, José Ferreira

- 2010 A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. José Ferreira Belisário Júnior, Patrícia Cunha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial

- 1996 Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, Nº 248.
- 2008 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial. Vol. 4. Nº 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de

- 2002 Políticas de Inclusão: escola – gestão da aprendizagem na diversidade. In: Dalva E. Gonçalves Rosa, Vanilton Camilo de Souza, Alfredo Veiga-Neto (*et al.*). Rio de Janeiro: DP&A.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de

- 2004 Saberes imaginários e representações na Educação Especial: A problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis. RJ: Vozes.

ROPOLI, Edilene Aparecida

- 2010 A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Edilene Aparecida Ropoli (*et al.*). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará.

SUPLINO, Maryse

- 2005 Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA.



Fecha de recepción del documento: 23 de diciembre de 2012

Fecha de aprobación del documento: 20 de junio de 2013